

Lagoas cársticas: de belezas naturais a focos de problemas

Marcos Lobato Martins

Na semana passada, o Projeto Manuelzão/UFMG realizou o Seminário Técnico Lagoas Cársticas na cidade de Matozinhos. O Objetivo foi discutir ações de proteção dos recursos hídricos da região e formas de gestão da água. Debate que vem em boa hora e que mostra, em perspectiva histórica, que os processos de degradação ambiental intensificaram-se no decurso do tempo. O que antes era beleza, agora aparece como dolorosa evidência de incúria, descaso, imprevidência.

Desde o século XVIII, mais gente e atividades econômicas instalaram-se entre as lagoas, dolinas, uvalas, grutas, lapas e os paredões calcários que singularizam a área da APA de Lagoa Santa. O que gerou mais pressões sobre os recursos naturais e mais tensões sobre as práticas culturais tradicionais, associadas aos primeiros tempos da ocupação colonial. A fragilidade do ambiente do carste e a vulnerabilidade das pequenas comunidades que nele sobrevivem despertam temores, ao mesmo tempo em que ensejam a construção de políticas públicas que promovam o controle da ocupação e a preservação dos patrimônios natural e cultural. As águas, tanto superficiais quanto subterrâneas, merecem atenção especial por causa de seu papel na dinâmica geoambiental regional e por sua óbvia centralidade na vida dos moradores.

Os usos da água pelos moradores da região permaneceram inalterados por dois séculos e meio. Richard F. Burton, o viajante inglês que percorreu a Jaguará e o Sumidouro em 1867, observara intenso emprego do Rio das Velhas para a navegação e a pesca. Sobre as lagoas distantes do leito do rio, ele escreveu que eram alimentadas pela água das chuvas e pareciam viveiros naturais, que produziam traíras em abundância. Nelas, a pesca era feita em padrões artesanais, com armadilhas e “linhas douradeiras”. Exatamente como descrevera Burton, até meados do século XX as áreas lacustres da região mantiveram a associação da pesca com a lavoura. Quando as lagoas estavam cheias, muitos homens dedicavam-se à pesca; quando as lagoas secavam, elas eram marcadas de cercas e se plantava dentro delas. Até os anos 1960, as lagoas

eram freqüentadas somente pela população local. Nas suas águas, crianças e jovens nadavam, as mulheres lavavam roupas.

A partir da década de 1970, a situação de relativa preservação das lagoas do carste deteriorou rapidamente. O exemplo mais contundente é a Lagoa do Sumidouro, que é tombada pelo IEPHA em decorrência de seu valor paisagístico e arqueológico. Essa lagoa começou a receber número bem maior de banhistas e pescadores, que sujaram suas margens e nelas acenderam fogueiras, picharam os paredões do sumidouro, lançaram na água molinetes e redes de pesca, graxas, óleos e resíduos de lavagem de automóveis. As serrarias de pedra de Fidalgo, por sua vez, depositaram nas margens da lagoa muitas toneladas de rejeitos. A agressão mais absurda foi praticada pela Prefeitura de Pedro Leopoldo, em fins dos anos 1980: a construção de um dique sobre o braço da lagoa que dá para o Sítio Macaúba e o desaguadouro do Córrego Samambaia, utilizando o material estéril produzido pelas serrarias. Nos últimos vinte anos, a expansão urbana e o adensamento populacional em Lagoa de Santo Antônio e Mocambeiro ampliaram as ameaças que pairam sobre as águas e as lagoas do carste. Tudo está ficando mais maculado, machucado, sem beleza.

Curiosamente, ontem como hoje, as lagoas não eram fontes de captação de água para consumo humano. Nem eram utilizadas para a irrigação de hortas. Todavia, rebanhos e animais domésticos bebiam livremente nas lagoas cársticas. A razão disso parece repousar no universo das representações simbólicas tradicionais dos moradores relativas à água. Eles pensam que a “água grande”, como o Rio das Velhas e a Lagoa do Sumidouro, é suja e, portanto, não é boa. Acumula impurezas, porque nela vão parar os dejetos dos animais, os resíduos da lavagem de roupas, os bichos mortos, o lixo e o esgoto das cidades. No caso das lagoas, haveria algo mais grave a acrescentar: a água é parada, o que a torna mais imprestável ainda. Então, para beber, os antigos preferiam “água fina” das nascentes e das cisternas. Para os usos domésticos a “água fina” seria a mais indicada. Como, no carste, há poucas nascentes e corpos d’água superficiais, as cisternas e os poços eram valorizados e cercados de cuidados especiais – mantidos fora do alcance dos animais, protegidos das enxurradas, limpados periodicamente. Os vizinhos deveriam escolher adequadamente os locais de construção de casas, benfeitorias e cisternas de modo a não prejudicar o abastecimento de água um do outro. Daí, normas

informais, porém complexas, que regulavam o uso da água surgiram nas comunidades da região.

Ora, nas últimas décadas, a ocupação desordenada e as agressões ambientais mais intensas comprometeram significativamente a qualidade e a quantidade de água no carste, nos seus córregos, lagoas e fundos de cisternas. Bem como as normas tradicionais de uso da água perderam vigor e sentido. Assim, nem as lagoas são tão bonitas como antes, nem a água captada nas cisternas tão boa quanto no passado.

Por isso, é oportuno pensar no que fizemos com a região e como poderemos regenerar sua beleza paisagística e seus recursos naturais renováveis.

Folha de Pedro Leopoldo, agosto de 2007.